

A intertextualidade na construção da identidade do sujeito em um editorial da revista *Caros Amigos*

Daniele de Oliveira (UFMG¹)

RESUMO: O objetivo deste trabalho é investigar como ocorre a construção da representação da denominada “mídia hegemônica” no editorial de uma revista representante da auto-denominada “mídia independente”. A fundamentação teórica utilizada parte da análise do discurso textualmente orientada, proposta por Fairclough (2003) e utiliza como critério de análise a intertextualidade, na sua modalidade manifesta e constitutiva (interdiscursividade), também proposta por Fairclough (2008). Por fim, refletiremos sobre as vantagens do uso do gênero na sala de aula e, principalmente, da análise da intertextualidade como importante influência na construção de sentidos de um texto.

ABSTRACT: The aim of this article is to investigate how a representation of the hegemonic media occurs in an editorial of a magazine that represents the so-called independent media. The bases used for the investigation are Fairclough's (2003) textually oriented discourse analysis theory, focusing in the intertextuality, evident and constitutive (interdiscourse), also proposed by Fairclough's (2008). Finally, we reflected about the advantages of the usage of genres in the classroom and, mainly, about the analysis of intertextuality as an important influence in the construction of meaning in the text.

1. Introdução

A realização deste trabalho tem sua origem em um olhar atento às questões sociais aliado ao interesse em voltar um olhar acadêmico para uma delas, qual seja, a relação que se estabelece entre a mídia e a sociedade por meio do discurso. Pretende-se lançar luz a pontos obscuros dessa relação por meio dos estudos do discurso, ou melhor, da Análise do Discurso Crítica. Além disso, interessa-nos mostrar como o trabalho com o gênero discursivo na sala de aula propicia o desenvolvimento de um pensamento crítico no aluno.

Sendo assim, nossa proposta é investigar como ocorre a construção da representação da denominada “mídia hegemônica” em uma revista representante da auto-denominada “mídia independente”. O exemplar da mídia impressa selecionado como *corpus* é a revista mensal *Caros Amigos*. Neste trabalho, deter-nos-emos na análise do editorial da revista por entendermos que é nesta seção em que se veicula a opinião do corpo editorial da revista como um todo, de seu posicionamento ou tendência ideológica.

A escolha da revista *Caros Amigos* se deve ao fato de ela se auto-intitular uma revista de esquerda, ou “a primeira à esquerda”, como se apresenta em seu *Correio eletrônico*. Dessa forma, a revista se posiciona à parte da denominada “mídia hegemônica”, ou seja, os grandes meios de comunicação. Nossa intenção é, pois, verificar como a construção discursiva da representação da “mídia hegemônica” é desenvolvida em seu editorial, suas características e suas particularidades.

A investigação discursiva desta problemática fundamenta-se no desejo de reflexão sobre esta questão, bem como no desejo de transformação, de contribuir de alguma maneira. Para tanto, selecionamos três editoriais da revista para análise: “Não da pra esquecer” (abril de 2009), “Não custa lembrar” (outubro de 2002) e “Os oito anos” (abril de 2005). A categoria de análise escolhida é a intertextualidade por entendermos que ela nos fornecerá pistas importantes sobre como ocorre a construção discursiva da representação da denominada “mídia hegemônica” pela revista *Caros Amigos*. Além disso, concordamos com Fairclough (2008, p. 133) quando diz que a intertextualidade é compatível com a estruturação e a reestruturação das ordens de discurso.

2. O gênero discursivo

¹ danieleoliveira@yahoo.com

Na análise do discurso textualmente orientada Fairclough (2003) propõe a análise de um gênero discursivo individual a partir de textos específicos. O autor menciona também as possibilidades de análise a partir de uma “cadeia de gêneros” ou da mistura de gêneros em textos específicos (hibridização). Neste

trabalho, optamos por seguir a trilha de Fairclough (2003) e analisar um gênero individual, o editorial de revista impressa, a partir de textos específicos.

Dentre os autores que contribuíram para as reflexões sobre o gênero discursivo, além de Fairclough, podemos destacar Bakhtin, Bazerman e Foucault, e são, portanto, importantes também para os objetivos deste trabalho. Sendo assim, vamos a eles.

A noção de formação discursiva introduzida por Foucault (2005) e posteriormente desenvolvida por Pêcheux (1988) é basilar para o desenvolvimento de uma teoria sobre a questão do gênero discursivo. No entanto, é Bakhtin (2003) quem elabora uma teoria fundadora e diretamente relacionada à questão do gênero.

Para Foucault (2005, p. 43),

no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão², e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção que se trata de uma *formação discursiva*. (grifo do autor)

Para Foucault (2005), a noção de formação discursiva refere-se, então, a um conjunto de enunciados que possui um sistema de regras historicamente determinadas. Sendo assim, o propósito de Foucault é assumi-las sob o ângulo dos acontecimentos discursivos, isto é, relacioná-las, ou, em outras palavras, estabelecer relações entre enunciados, entre grupos de enunciados, entre enunciados e grupos de enunciados e acontecimentos de uma ordem diferente (técnica, econômica, social, política).

Essas relações discursivas

estão, de alguma maneira, no limite do discurso: oferecem-lhe objetos de que ele pode falar, ou antes (...) determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou tais objetos (...). Essas relações caracterizam (...) o próprio discurso enquanto prática. (FOUCAULT, 2005, p. 51-52)

Dito de outra forma, não são relações internas (não religam entre si os conceitos ou as palavras; não estabelecem uma arquitetura entre as frases ou as proposições) nem externas ao discurso (não o limitam, nem lhe impõem certas formas).

Ampliando a definição de Foucault, Pêcheux (1988, p. 160) denomina

formação discursiva, aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito. (grifos no original)

ou seja, o sentido do enunciado é determinado pela formação discursiva na qual está inserido.

Dessa forma, pode-se falar em formação discursiva a cada vez que ocorrerem certas regularidades entre os tipos de enunciações, os conceitos e as escolhas temáticas que podem ser observadas nos enunciados efetivos. E se a formação discursiva determina o “que pode e deve ser dito”, ela vai determinar também certos tipos de gêneros, como, por exemplo, o editorial de revista impressa.

Foucault (2005) propõe uma análise das formações discursivas por meio de uma descrição da organização do *campo de enunciados* que a ela se associam. Tal abordagem se justifica porque os conceitos definidos por uma formação discursiva não são estáveis, como na gramática, por exemplo, com seus

² No sistema de dispersão mencionado por Foucault, o enunciado toma forma de acordo com o contexto histórico, ou seja, ele é um acontecimento discursivo que “nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (Foucault, 2005, p. 31)

conceitos estabelecidos de sujeito, predicado, verbo, etc. Nas formações discursivas, ao contrário, o quadro é de conceitos em constante mutação. Essa perspectiva pode ser muito útil nas pesquisas sobre intertextualidade e interdiscursividade.

A organização dos campos de enunciados nos quais os conceitos aparecem e circulam, abrange, em primeiro lugar, as relações estabelecidas entre os enunciados de um mesmo texto (relação intratextual). Nas palavras de Foucault (2005, p. 63) “os diversos *esquemas* retóricos segundo os quais se podem combinar grupos de enunciados (como se encadeiam, umas às outras, descrições, deduções, definições, cuja sequência caracteriza a arquitetura de um texto)” (grifo do autor) no interior de determinada formação discursiva.

Os demais tipos de relações propostos por Foucault (2005) são relações interdiscursivas, tendo em vista que estabelecem relações entre diferentes formações discursivas ou entre diferentes textos. As diferenças entre elas serão determinadas por sua inserção em um campo de presença ou concomitância ou ainda em um domínio de memória.

O **campo de presença** é definido por Foucault (2005, p. 63) como

todos os enunciados já formulados em alguma outra parte e que são retomados em um discurso a título de verdade admitida, de descrição exata, de raciocínio fundado ou de pressuposto necessário, e também os que são criticados, discutidos e julgados, assim como os que são rejeitados e excluídos.

Essas relações podem ser explícitas ou implícitas, e nos remetem ao conceito de intertextualidade que será tratado adiante. Já o **campo de concomitância** pode ser entendido como “enunciados que se referem a domínios de objetos inteiramente diferentes e que pertencem a tipos de discurso totalmente diversos, mas que atuam entre os enunciados estudados” (Foucault, 2005, p. 64), em suma, trata das relações entre as diferentes formações discursivas. Por fim, o **domínio de memória** que são

os enunciados que não são mais nem admitidos nem discutidos, que não definem mais, conseqüentemente, nem um corpo de verdades nem um domínio de validade, mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade. (Foucault, 2005, p. 64)

Dessa forma, o que permite a uma formação discursiva delimitar seu grupo de conceitos, ainda que divergentes, “é a maneira pela qual esses diferentes elementos estão relacionados uns aos outros. (...) É esse feixe de relações que constitui um sistema de formação conceitual” (Foucault, 2005, p. 65-66). Além disso, acrescenta o autor, essas relações se estabelecem também entre um enunciado e os enunciados que possivelmente virão depois dele, e, também pelos enunciados cujo *status* é compartilhado com o enunciado em análise.

A perspectiva de Foucault pode ser resumida da seguinte forma: o campo associado

é constituído, também, pelo conjunto das formulações a que o enunciado se refere (implicitamente ou não), seja para repeti-las, seja para modificá-las ou adaptá-las, seja para se opor a elas, seja para falar de cada uma delas; não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados. (Foucault, 2005, p. 111)

Partindo também das regularidades discursivas, Bakhtin propõe sua definição de gêneros do discurso como “tipos relativamente estáveis de enunciados” (2003, p. 262). Com sua proposta de conceituação para os gêneros do discurso, Bakhtin veio suprir a necessidade de se compreender os enunciados como fenômenos sociais, resultantes da atividade humana, caracterizados por uma estrutura básica, suscetível a determinadas modificações. Um gênero do discurso é parte de um repertório de formas disponíveis nos movimentos de linguagem e de comunicação de uma sociedade. Desse modo, só existe relacionado à sociedade que o utiliza.

Indissociável da sociedade e disponível em sua memória discursiva, o domínio de um gênero permite ao falante prever quadros de sentidos e comportamentos nas diferentes situações de comunicação com as quais se depara. Conhecer determinado gênero significa ser capaz de prever regras de conduta, seleção vocabular e estrutura de composição utilizadas. A competência sócio-comunicativa dos falantes leva-os à detecção do que é ou não adequado em cada prática social. E, ainda, quanto mais competente e experiente for

o indivíduo, mais proficiente ele será na diferenciação de determinados gêneros e na facilidade de reconhecimento das estruturas formais e de sentido que os compõem.

Como o editorial de revista impressa, em geral um texto curto que faz uma reflexão sobre acontecimentos recentes. No caso da revista *Caros Amigos*, em função de sua linha temática, normalmente o editorial trata de questões políticas recentes. O que lhe permite abordar uma variedade bastante grande de assuntos. Sua linguagem costuma ser formal, mas com a presença de elementos coloquiais. Nem tão formal que torne difícil a compreensão do editorial, nem tão coloquial que o faça perder credibilidade. Pode-se dizer que esse meio-termo na linguagem promove uma proximidade com o leitor.

No caso do editorial, principalmente aquele que se refere a assuntos políticos, é importante também que o leitor possua certo conhecimento prévio do assunto que está sendo comentado. Em geral, por se tratar de um texto curto, o editor não fornece todos os detalhes do fato em questão, contando, assim, com os conhecimentos de seu interlocutor para que seu texto seja compreendido de forma satisfatória. Essa característica do editorial se potencializa em uma revista como *Caros Amigos*, uma vez que se trata de uma publicação essencialmente opinativa, que não tem por objetivo narrar fatos recentes, mas, ao contrário, refletir sobre os mesmos.

Essa breve caracterização do gênero editorial de revista nos remete à relativa estabilidade dos enunciados que caracteriza os gêneros de acordo com Bakhtin (2003, p. 262). Para ele, a estabilidade é relativa devido à infinitude das possibilidades da atividade humana, ressaltando-se, também, a “extrema heterogeneidade dos gêneros do discurso” (2003, p. 262), tanto orais quanto escritos. No entanto, é possível afirmar que cada gênero possui três características básicas: a “construção composicional”, o “conteúdo temático” e o “estilo” (BAKHTIN, 2003). As condições de produção de um enunciado é que vão determinar o conjunto de regularidades constitutivas de tais categorias.

É importante ressaltar também que essas características apontadas por Bakhtin não funcionam de forma independente umas das outras, elas atuam em conjunto e simultaneamente na determinação de cada gênero discursivo. Esses parâmetros de regularidade discursiva estão potencialmente integrados nos textos e permitem sua inserção em determinado gênero discursivo. É possível ainda, por meio dessas regularidades, perceber como os sujeitos operam de modo a produzir os efeitos de sentido desejados.

Bakhtin (2003) propõe, ainda, uma divisão entre os gêneros discursivos, que podem ser primários (simples) ou secundários (complexos). Os gêneros primários se formam nas condições da comunicação discursiva imediata e estão, dessa forma, vinculados à realidade concreta e aos enunciados reais alheios. Já os secundários incorporam e reelaboram diversos gêneros primários, formando, assim, gêneros discursivos mais complexos (predominantemente escritos, como romances e pesquisas científicas).

Além dos trabalhos fundadores de Foucault e Bakhtin, é importante recuperarmos também os estudos de Bazerman, já que esse autor também fornece importantes contribuições para as reflexões referentes ao gênero discursivo.

De acordo com Bazerman (2009, p. 19) “as pessoas criam novas realidades de significação, relações e conhecimento, fazendo uso de textos” e fundamenta sua reflexão sobre esse tema a partir dos seguintes conceitos: fatos sociais, atos de fala, gêneros, sistemas de gêneros e sistemas de atividades.

Para o autor, esses conceitos estão inter-relacionados, como explica:

Cada texto bem sucedido cria para seus leitores um *fato social*. Os fatos sociais consistem em ações sociais significativas realizadas pela linguagem, ou *atos de fala*. Esses atos são realizados através de formas textuais padronizadas, típicas e, portanto, inteligíveis, ou *gêneros*, que estão relacionadas a outros textos e gêneros que ocorrem em circunstâncias relacionadas. Juntos, os vários tipos de textos se acomodam em *conjuntos de gêneros* dentro de *sistemas de gêneros*, os quais fazem parte dos *sistemas de atividades humanas*. (Bazerman, 2009, p. 22, grifos do autor)

A compreensão dos gêneros e seu funcionamento, bem como dos atos e fatos criados pelos textos, possibilita o diagnóstico e, conseqüentemente, a redefinição dos sistemas de atividades comunicativas. Passemos, portanto, aos conceitos apontados por Bazerman (2009).

Os **fatos sociais** são “as coisas que as pessoas acreditam que sejam verdadeiras” (Bazerman, 2009, p. 23). As atitudes das pessoas são delineadas a partir dessas crenças, já que são as crenças que orientam a

maneira como as pessoas definem as situações. Sendo assim, a compreensão social acontece a partir dos fatos sociais. De fato, quando lemos uma revista, por exemplo, acreditamos que seu conteúdo é relevante de alguma maneira (entretenimento, informação, reflexão, etc.). Confiamos no trabalho do corpo editorial da revista e, portanto, gastamos nosso tempo com sua leitura.

Além disso, é muito comum que os fatos sociais influenciem na fala ou escrita das pessoas, o que pode ser exemplificado como o envio de um comentário de um leitor para a seção da revista destinada a publicar esse tipo de texto. Na revista que estamos analisando neste trabalho, essa seção é intitulada *Caros Leitores*. Aqui é importante apontarmos a intertextualidade como origem de uma compreensão compartilhada que relaciona o que foi dito anteriormente e a atual situação, ou seja, que relaciona o fato social com a nova afirmação expressa a partir dele.

Muitos fatos sociais, talvez sua imensa maioria, dependem completamente de atos de fala. Portanto, passemos a eles.

O conceito de atos de fala é retomado por Bazerman (2009) dos estudos de Austin (1990). De acordo com Austin (1990), os **atos de fala** são as ações realizadas por meio de declarações, ainda que essas declarações apenas apontem um determinado estado de coisas como verdadeiro. Além disso, é claro que para que uma declaração realize algo, ela deve ser dita pela pessoa certa, no momento certo. Por exemplo, apenas o editor de uma revista pode escrever o editorial, não o estudante de jornalismo em seu primeiro estágio. Essas são as “condições de felicidade” (Searle, 1967) que devem ser atendidas para o êxito do ato de fala.

Austin (1990) demonstra em seu trabalho que os atos de fala operam em três níveis distintos: o ato locucionário, o ato ilocucionário e o efeito perlocucionário.

O *ato locucionário*, ou proposicional, compreende o que é dito no enunciado, literalmente. Se alguém comenta “está frio aqui”, por exemplo, simplesmente refere-se à temperatura do local onde se encontra.

O *ato ilocucionário* (força) refere-se à verdadeira intenção do falante em relação à sua fala. Aproveitando o exemplo anterior, se, na verdade, a pessoa quer que seu interlocutor feche a janela (pedido), ela fará seu proferimento, “está frio aqui”, de modo que acredita passível de reconhecimento pelo outro.

O *efeito perlocucionário* constitui o modo pelo qual o interlocutor de fato compreende o proferimento e sua força. Ainda no mesmo exemplo, o interlocutor pode ou não perceber a verdadeira intenção de “faz frio aqui”, qual seja, um pedido, e não apenas a constatação da temperatura no ambiente.

É importante ressaltar que a teoria dos atos de fala também se aplica a textos escritos, como quando um editor de revista elabora um editorial. Sua intenção, em geral, é influenciar as crenças de seus leitores, o que pode acontecer ou não.

A teoria dos atos de fala nos mostra que nem sempre alcançamos nossos objetivos discursivos, muitas vezes nossas intenções são mal compreendidas, tanto na fala quanto na escrita. O que pode ser minimizado com o uso de padrões comunicativos facilmente reconhecíveis por nossos interlocutores. Para Bazerman (2009, p. 29) “as formas de comunicação reconhecíveis e autoreforçadoras emergem como *gêneros*” (grifo do autor). Os **gêneros** podem, portanto, ser entendidos como um modo típico de agir ou ainda como “fatos sociais sobre os tipos de atos de fala que as pessoas podem realizar e sobre os modos como elas os realizam” (Bazerman, 2009, p. 31).

A padronização de determinadas situações constitui uma *tipificação* que dá forma e significado às situações e orienta o direcionamento das ações que vão acontecer.

A definição de gênero proposta por Bazerman (2009) é compatível com a concepção bakhtiniana (2003) que aponta a construção composicional, o conteúdo temático e o estilo como principais caracterizadores do gênero discursivo. Ainda fazendo coro com Bakhtin (2003), Bazerman (2009) também aponta a relativa estabilidade dos gêneros, tendo em vista que “o conhecimento comum muda com o tempo, assim como mudam os gêneros e as situações; o ‘conhecimento comum’ varia até de pessoa para pessoa, ou até numa mesma pessoa em situações e humores diferentes” (Bazerman, 2009, p. 31).

Além da forma textual, os gêneros tipificam também as atividades sociais. Tal afirmação é explicada por Bazerman (2009) a partir dos três conceitos restantes: conjunto de gêneros, sistema de gêneros e sistema de atividades. Vamos a eles.

Um **conjunto de gêneros** é uma “coleção de tipos de textos que uma pessoa num determinado papel tende a produzir” (Bazerman, 2009, p. 32), por exemplo, um jornalista escreve e fala diversos tipos de textos ao exercer suas atividades profissionais.

Um **sistema de gêneros** “compreende os diversos conjuntos de gêneros utilizados por pessoas que trabalham juntas de uma forma organizada, e também as relações padronizadas que se estabelecem na produção, circulação e uso desses documentos” (Bazerman, 2009, p. 32). Na redação de uma revista os gêneros utilizados pelo redator-chefe, pelo jornalista e pelo estagiário são distintos, embora possuam sequências regulares que os aproximam no interior do fluxo comunicativo característico de uma redação jornalística.

O sistema de gêneros, por sua vez, constitui o **sistema de atividades** da redação jornalística. Nas palavras de Bazerman (2009, p. 33) “ao definir o sistema de gêneros em que as pessoas estão envolvidas, você identifica também um *frame* que organiza o seu trabalho, sua atenção e suas realizações” (grifo do autor).

Sendo assim, relacionar o sistema de gêneros com o sistema de atividades permite refletir sobre como os textos auxiliam as pessoas a realizar suas atividades cotidianas, profissionais ou não, ao invés de considerar o texto como um fim em si mesmo.

3. Intertextualidade

O termo intertextualidade não foi criado por Bakhtin, embora esse conceito perpassasse toda a sua obra, principalmente no que se refere aos conceitos de dialogicidade e de gênero do discurso. O termo foi cunhado por Kristeva (1986) na década de 1960 quando de seu interesse pela obra de Bakhtin.

Para Bakhtin (2003, p. 272) “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados”, o que permite inferir que cada enunciado parte de outro(s) enunciado(s), assim como antecipa enunciado(s) futuro(s). Trata-se aqui exatamente do conceito de intertextualidade já presente na obra bakhtiniana.

Dessa forma, Bakhtin (2003) já apontava a *extrema heterogeneidade* constitutiva do enunciado. De fato, já que o enunciado além de pressupor o sistema da língua na qual ocorre, pressupõe também enunciados antecedentes a ele, com os quais estabelece relações, tais como “baseia-se neles, polemiza com eles, simplesmente os pressupõe já conhecidos do ouvinte” (Bakhtin, 2003, p. 272).

Ao apontar as múltiplas possibilidades de atitudes responsivas em relação a um enunciado, Bakhtin (2003) sinaliza a distinção entre intertextualidade constitutiva e intertextualidade manifesta. Para o autor,

Essas reações têm diferentes formas: os enunciados dos outros podem ser introduzidos diretamente no contexto do enunciado; podem ser introduzidas somente palavras isoladas ou orações que, neste caso, figurem como representantes de enunciados plenos, e além disso enunciados plenos e palavras isoladas podem conservar a sua expressão alheia mas não podem ser reacentuados (em termos de ironia, de indignação, reverência, etc.); os enunciados dos outros podem ser recontados com um variado grau de reassimilação; podemos simplesmente nos basear neles como em um interlocutor bem conhecido, podemos pressupô-los em silêncio, a atitude responsiva pode refletir-se somente na expressão do próprio discurso – na seleção de recursos linguísticos e entonações, determinada não pelo objeto do próprio discurso mas pelo enunciado do outro sobre o mesmo objeto. (Bakhtin, 2003, p. 297)

Distinção que será retomada por Kristeva (1986) que denomina como dimensões *horizontal* e *vertical* da intertextualidade. As relações intertextuais horizontais dialógicas seriam as relações que um texto estabelece com os textos que o precedem e que o sucedem. E as relações intertextuais verticais seriam as relações que o texto estabelece com textos com os quais está historicamente ligado.

Bakhtin (2003), de fato, ressalta que o enunciado também se relaciona com os enunciados subsequentes na comunicação discursiva, não só com seus precedentes. O enunciado é construído considerando-se também suas possíveis atitudes responsivas, bem como a percepção do discurso pelo interlocutor, as concepções, convicções e preconceitos do interlocutor, suas simpatias e antipatias, etc. Essa construção ativa do enunciado irá definir também a escolha do gênero no qual o enunciado deve ser inserido.

Foucault também aborda o conceito de intertextualidade, ao afirmar que “não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados” (Foucault, 2005, p. 111). Baseando-se nesses dois autores, Fairclough (2008) aponta a compatibilidade entre o conceito de intertextualidade e a estruturação e reestruturação das ordens de discurso e, em última instância, do gênero discursivo. Para tanto, o autor faz

uma distinção entre intertextualidade manifesta e intertextualidade constitutiva, sendo que esta última pode também ser denominada como interdiscursividade. O autor recupera a distinção proposta por Authier-Revuz (1990) entre heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva do discurso, às quais, Fairclough (2008) associa os termos intertextualidade manifesta e constitutiva, respectivamente.

Sendo assim, a intertextualidade manifesta é revelada pela presença explícita de outros textos em determinado discurso, que pode acontecer por meio do discurso direto (citação), da ironia, etc. Já a intertextualidade constitutiva é revelada pela presença do que Fairclough (2008) denomina de “convenções discursivas” em determinado discurso. O autor faz ainda uma opção pelo uso do termo interdiscursividade em substituição a intertextualidade constitutiva.

4. A representação da “mídia hegemônica” nos editoriais da revista *Caros Amigos*

O primeiro editorial que selecionamos para análise de como a intertextualidade e a interdiscursividade contribuem de maneira decisiva na construção discursiva da representação da “mídia hegemônica” intitula-se “Não dá pra esquecer” e foi publicado na edição de *Caros Amigos* de abril de 2009. Pode-se dizer que o tema central do editorial é a Ditadura Militar. Tema recuperado a partir da publicação de um editorial pela *Folha de São Paulo* em 17 de fevereiro de 2009, cujo título é “Limites a Chávez” que minimizava os efeitos do referido período.

Sendo assim, as relações intertextuais do editorial “Não dá pra esquecer”, partem de sua conexão com editorial publicado pela *Folha de São Paulo*. O editorial da *Folha* comenta a vitória de Hugo Chávez, presidente da Venezuela, no referendo que decidiu pela possibilidade de os governantes do país, inclusive o presidente, concorrerem a quantas eleições quiserem. O trecho que provocou a resposta no editorial de *Caros Amigos*, bem como diversas reportagens sobre o assunto na revista, é o seguinte:

Mas, se as chamadas “ditabrandas” - caso do Brasil entre 1964 e 1985 - partiam de uma ruptura institucional e depois preservavam ou instituíam formas controladas de disputa política e acesso à Justiça, o novo autoritarismo latino-americano, inaugurado por Alberto Fujimori no Peru, faz o caminho inverso. (*Folha de São Paulo*, 17/02/09, Primeiro Caderno, grifo nosso).

Na verdade, o que provocou a resposta de *Caros Amigos* foi a referência feita ao período da Ditadura Militar no Brasil como “ditabranda”, ou seja, a seleção lexical feita pela *Folha* para nomear esse período suaviza, ou melhor, abranda, as consequências da ditadura no Brasil, tais como torturas e mortes de presos políticos.

Mas como a intertextualidade, marcada pela presença de outras vozes (polifonia), contribui para a construção discursiva da representação da “mídia hegemônica”? Nosso objetivo é tentar identificar tais vozes e analisar qual o papel de cada uma delas na construção dessa representação.

A primeira voz que podemos mencionar é a da própria *Folha*, cujo editorial “Limites a Chávez” pode ser considerado o principal estímulo para a produção do editorial de *Caros Amigos*. A voz da *Folha* aparece em “O episódio da “ditabranda” se insere nesse ambiente de transição mal resolvida, na qual o regime finalmente condenado pela sociedade ainda é comemorado por setores da direita como ‘revolução democrática’”.

Aqui o posicionamento da *Folha* é mostrado diretamente, sua voz é relatada, o que é destacado pelo uso das aspas nos termos “ditabranda” e “revolução democrática”, o que pode ser destacado como uma materialização da interdiscursividade na forma de uma intertextualidade. Atribuído de modo específico, esse posicionamento da *Folha* é veementemente condenado pelo editor de *Caros Amigos*. A postura de *Caros Amigos* é reforçada mais adiante em “não dá para aceitar passivamente a criação de uma versão mais palatável daqueles anos de chumbo – por qualquer pretexto que se queira”.

Além da *Folha*, aparece também, de maneira generalizada, a voz de políticos que supostamente teriam participado da ditadura militar. Esses políticos estão metonimicamente representados na expressão “ainda frequentam gabinetes solenes dos poderes da República”.

Efetivamente contrário ao posicionamento da *Folha*, o editor de *Caros Amigos* busca outras vozes para endossar seu discurso. A primeira delas é a da sociedade brasileira, implicitamente referida em “o Brasil

mantém na flor da pele os traumas daquele período”. Dessa forma, a revista afirma que toda a sociedade brasileira estaria traumatizada com os efeitos produzidos pela Ditadura Militar. Ainda que no próprio editorial aponte grupos que provavelmente possuem opinião diversa, como em “a revista não faz parte da confraria de silêncio que domina o conglomerado oligárquico da mídia brasileira.” (grifos nossos). Aqui a própria revista revela que há grupos no interior da sociedade brasileira que optaram por não condenar a Ditadura Militar no Brasil, como a mídia, que, de acordo com a revista, se omite em relação ao período. Para a revista, “A *Folha de S. Paulo*, que foi apoiadora do golpe de 64 e deu mais do que sustentação midiática para a repressão da ditadura, tem todo interesse em fazer a revisão histórica daquele período, de forma a enaltecer sua própria história”

Dessa forma, a própria revista demonstra que não se trata de toda a sociedade brasileira a condenar a repressão. Tal generalização pode enfraquecer a argumentação já que o próprio editorial mostra seu limite.

Uma outra voz convocada para o editorial é a dos denominados “setores democráticos da sociedade”: “A reação de setores democráticos da sociedade ao equívoco editorial, [foi] imediata e firme”. Nesse trecho, o autor do editorial busca outros grupos para reforçar seu argumento, embora não aponte nomes específicos. No entanto, ao afirmar que são “setores democráticos” é possível inferir que sua argumentação se fundamenta no senso comum, já que a opção pela democracia pode ser considerada universalmente aceita, ainda que esse universo se limite à comunidade discursiva na qual se insere a revista. O que nos remete a outro senso comum, rotineiramente reforçado pela revista: o ataque à denominada mídia grande (hegemônica). Como no trecho: “a revista [*Caros Amigos*] não faz parte da confraria de silêncio que domina o conglomerado oligárquico da mídia brasileira.”

De fato, no editorial de *Caros Amigos*, bem como em suas reportagens e colunas, esse tratamento dispensado à mídia hegemônica (principalmente representada pela *Rede Globo*, revistas *Veja* e *Istoé*, jornais *Folha* e *Estado de São Paulo*) é recorrente. A dialética mídia hegemônica X mídia independente é um dos principais assuntos encontrados na revista e, muitas vezes, emerge também na seção que publica as cartas dos leitores da revista, intitulada *Caros Leitores*.

Aqui é possível detectar, mais uma vez, a intertextualidade, expressa por meio de uma interdiscursividade, como importante elemento na construção discursiva da representação da “mídia hegemônica” pelo editorial. De fato, nessa comunidade discursiva, a “independência” editorial costuma ser motivo de orgulho, em contraposição ao “valão comum do jornalismo neoliberal e conservador” praticado pela mídia hegemônica. O termo independência entre aspas indica o que a própria revista expõe, em outro editorial, que não é financeiramente independente, o que indica que, na verdade, é muito difícil que um veículo de comunicação seja totalmente independente no Brasil.

No entanto, os editoriais de *Caros Amigos* frequentemente exaltam a independência editorial da revista, como no trecho exposto acima. De acordo com o editor da revista, ela não faz parte do “conglomerado oligárquico da mídia brasileira”. Dessa forma, o editor recupera ainda outros discursos da própria revista nos quais esse mesmo ponto de vista é expresso.

Já o editorial “Não custa lembrar”, de outubro de 2002, explora a dicotomia entre a direita e a esquerda na política brasileira. Também utilizando-se de exemplos, tenta mostrar o quão nociva pode ser a influência da mídia hegemônica nas eleições para presidente da República. Quando esse editorial foi publicado, o Brasil vivia a expectativa da eleição para presidente da República, na qual os principais candidatos eram Luís Inácio Lula da Silva (Lula) e José Serra (Serra).

O primeiro exemplo recupera um período na história recente do país, no qual, segundo o editor, o candidato da direita nas eleições presidenciais de 1989, Fernando Collor de Melo (Collor), apoiado pela mídia hegemônica, “resolveu jogar mais pesado na reta final da campanha”. O “escândalo forjado” seria “Seus marqueteiros [de Collor] (...) contrataram os serviços de uma antiga namorada de Lula para que ela ‘revelasse’ na televisão que fora incitada pelo então namorado a fazer um aborto”. O aborto, por si só já constitui tema polêmico na nossa sociedade. E associado à figura de um candidato à presidência da república pode realmente atingir “em cheio a candidatura do PT”. Novamente, a interdiscursividade se materializa como uma intertextualidade com o objetivo de construir uma imagem negativa da mídia hegemônica.

Além de relembrar fatos não tão distantes na história do Brasil, o objetivo do editorial parece ser, na verdade, condenar a atuação da mídia hegemônica ao apoiar esses fatos. É recorrente a associação da direita à manipulação de eleições (em todos os níveis) pela esquerda brasileira. E recuperar justamente a eleição de Collor provavelmente reforça esse argumento. Sob fortes suspeitas de corrupção, Collor renunciou ao cargo

de presidente da República horas antes de ser condenado pelo Senado por crime de responsabilidade, o que o levaria, inevitavelmente, ao *impeachment*. Dessa forma, o editor de *Caros Amigos* associa a imagem negativa de um ex-presidente acusado de corrupção à mídia hegemônica, uma vez que foi essa mesma mídia que apoiou veementemente sua eleição.

O editorial menciona ainda que “o jornalismo da estação tratou de editá-lo [o último debate entre Collor e Lula, na Globo] como convinha a Marinho e às ‘elites’.” O que também demonstra a intenção de associar a imagem da mídia hegemônica a uma atitude avaliada de maneira negativa pela nossa sociedade, qual seja, a manipulação.

O terceiro exemplo usado pelo editor, avaliado como “um último ato de sordidez” é o relato da libertação do empresário Abílio Diniz pela polícia, às vésperas da votação em segundo turno:

Na véspera da votação em segundo turno é anunciado o cerco da polícia à casa onde está sequestrado Abílio Diniz, o dono dos supermercados Pão de Açúcar. E, com todo o estardalhaço, mostra-se na televisão, no dia da eleição, a libertação do empresário. Com o detalhe escabroso: certos sequestradores estão com a camisa do PT. Vestidas à força neles, soube-se depois.

Portanto, o editor, por meio de exemplos da atuação, relaciona enfaticamente a imagem da mídia hegemônica, nesse caso, especificamente da *Rede Globo de Televisão*, a atos/discursos condenáveis pela nossa sociedade: corrupção e manipulação da verdade (aborto, debate e sequestro). Como já foi dito, esse discurso é recorrente no interior da esquerda brasileira, uma vez que, para ela, “as ‘elites’ são capazes de tudo nessas horas”.

Podemos destacar também o interdiscurso relativo ao esporte, quando o editor faz uma analogia entre as eleições e um jogo. No segundo turno das eleições de 1989, o PT estava “com a mão na taça”. Além disso, Collor “resolveu jogar mais pesado na reta final da campanha” (grifo nosso). Essa comparação pode ser entendida como uma forma de aproximação com o leitor da revista, uma vez que o esporte é um tema de muito interesse no Brasil. Aqui é possível inferir que o editor se refere ao futebol, esporte mais popular no nosso país, embora isso não fique explícito no texto. Mas a expressão “estar com a mão na taça” provavelmente se popularizou no nosso país em função de seu amplo uso no discurso futebolístico.

A intertextualidade aparece ainda de maneira direta neste editorial, por meio de uma citação, também utilizada para reforçar o suposto aspecto negativo do apoio a um candidato de direita no Brasil. O editor cita o húngaro-americano, George Soros, conhecido por ser um grande investidor do mercado financeiro “Hoje (30/9/2002), os jornais grandes trazem com destaque declaração não de Roberto Marinho, mas de George Soros: ‘O Brasil elegerá um presidente de quem os mercados financeiros não gostam’. É a matriz se pronunciando, sem intermediários”. Assim, mostram também o posicionamento da elite internacional, como uma forma de corroborar mais um aspecto do discurso da direita brasileira segundo o qual Lula não seria bem visto também fora do Brasil.

A intertextualidade aparece também quando o editor se refere à campanha para as eleições de 1989, durante a qual a mídia hegemônica teria procurado “exacerbar o estado de pânico das ‘elites’ diante de um possível presidente ‘terrorista’ que iria ‘implantar o comunismo no Brasil’”. Trata-se de expressões creditadas à mídia hegemônica, por isso o uso das aspas, o que também explicita a postura da mídia em relação ao candidato do PT e, conseqüentemente, a crítica do editor de *Caros Amigos*.

Sendo assim, pode-se dizer que a contraposição dos discursos da direita e da esquerda na política brasileira constitui o eixo central do editorial “Não custa lembrar”. A recuperação de fatos/discursos da nossa história ajuda a corroborar o discurso esquerdista segundo o qual a direita brasileira deve ser avaliada de maneira negativa pela população. Defendendo seu posicionamento político-ideológico neste editorial, o editor menciona ainda a “sabedoria popular”, pois “pela primeira vez, um candidato à esquerda assumiria [poderia assumir] a presidência da República”.

Por fim, passemos ao terceiro editorial selecionado para nossa análise: “Os oito anos”, publicado em abril de 2005. Apesar de o título indicar que o tema central do editorial poderia ser o aniversário da revista, na verdade, esse assunto é apenas mencionado. O tema que recebe maior atenção do editor é a forma como a revista *IstoÉ* retratara a petista Marta Suplicy em uma reportagem de capa. *Caros Amigos*, mais uma vez,

utiliza-se de um exemplo de atuação discursiva da mídia hegemônica para criticar o *modus operandi* da mesma.

O principal discurso recuperado neste editorial é o da própria revista, nas palavras do editor: “Na revista *IstoÉ* da primeira semana de abril, a foto da ex-prefeita também aparece na capa, acompanhada de um epíteto em letras garrafais: ‘Irresponsável’.” Aqui podemos observar o uso da intertextualidade, por meio da qual é apontada a “inusitada violência da chamada”. O que justificaria tal qualificação dada à petista seria: “o prefeito José Serra acusa a administração anterior [de Marta Suplicy] de ter ferido a Lei de Responsabilidade Fiscal. Sem o veredicto do Tribunal de Contas.”. A representação negativa da revista *IstoÉ* fica mais clara na última oração do trecho citado. Dito de outra forma, se o próprio Tribunal de Contas não condenou a petista neste caso, como poderia fazê-lo a revista *IstoÉ*? O que de acordo com o editor de *Caros Amigos* constitui mais uma demonstração de má fé, de uma das representantes da mídia hegemônica.

A voz de José Serra, e por extensão do partido ao qual é afiliado, o PSDB, também é recuperada neste editorial com o intuito de reforçar a representação negativa da mídia hegemônica, já que o tucano teria feito uma acusação sem fundamento, ou “sem o veredicto do Tribunal de Contas”. Uma vez que a mídia deve ser transparente com a sociedade não poderia publicar uma acusação sem fundamento. Dessa forma, *Caros Amigos* demonstra, mais uma vez, “o papel cada vez maior da mídia para levantar e derrubar candidaturas, projetos, governos, reputações. Às vezes, à custa de sua própria credibilidade.”

E para demonstrar que *Caros Amigos* é transparente, ao contrário da mídia hegemônica, da voz à petista, vítima da chamada violenta de *IstoÉ*. Em *Caros*, Marta vai poder “soltar os cachorros”.

Diante das análises dos editoriais da revista *Caros Amigos*, podemos apontar a intertextualidade e a interdiscursividade como aspectos fundamentais na construção da representação discursiva da imagem da denominada “mídia hegemônica”. Além disso, que o principal recurso utilizado pela revista é o discurso da própria mídia que pretende representar. Dessa forma, a revista lança mão de exemplos de atuação discursiva da mídia hegemônica que são avaliados de maneira negativa pelo editor. Reforçamos aqui o que já foi dito anteriormente, que o editor representa, por assim dizer, o posicionamento ideológico de todo o corpo editorial da revista. O que nos permite afirmar que os posicionamentos expressos nos editoriais são um reflexo do que “pensa” a revista como um todo.

5. O gênero discursivo, a intertextualidade e o ensino

Atualmente, as habilidades comunicativas são fundamentais para que o sujeito seja capaz de participar de maneira crítica da sociedade na qual está inserido.

As atividades humanas mediadas pela linguagem possuem três aspectos principais: quem fala, sobre o que fala e como fala. Esses aspectos, ao mesmo tempo que definem o contexto no qual emergem, são fortemente influenciados por esse mesmo contexto. Dessa forma, é fundamental termos consciência deles, o que nos permitirá alcançar determinados objetivos bem como desenvolvermos nossas habilidades de manejo dos gêneros discursivos dos quais dispomos na nossa sociedade (Meurer, Motta-Roth, 2002). Dessa forma, é função primordial da escola instrumentalizar os alunos de modo a capacitá-los para um uso adequado dos gêneros discursivos.

Nossa interação na sociedade acontece por meio dos gêneros discursivos e, por conseguinte, da linguagem. Estudar o gênero discursivo permite compreender seu uso como uma forma de ação nos grupos dos quais participamos. Meurer e Motta-Roth (2002, p. 13) propõem que uma consciência mais atenta em relação à função da linguagem conduz à formação de leitores e escritores críticos a partir:

- 1- da compreensão da determinação sócio-histórica da interação escritor-(con)texto-leitor;
- 2- do combate à exclusão social e da busca da construção da subjetividade, desenvolvendo a consciência de si mesmo e do outro, em uma relação dialógica;
- 3- da consciência da pluralidade de discursos e possibilidades de organização do universo, reconhecendo o mérito do conflito e do confronto entre perspectivas diferentes;
- 4- da construção ativa do conhecimento a partir da comparação de diferentes alternativas para se chegar a escolhas e decisões próprias.

Para Análise do Discurso Crítica, os discursos constituem relações sociais, bem como as identidades dos sujeitos sociais e, ainda, “se combinam em condições sociais particulares para produzir um novo e complexo discurso” (Fairclough, 1992, p. 22).

De acordo com Meurer (2002, p. 28) “descrever e explicar gêneros textuais relativamente às representações, relações sociais e identidades neles embutidas poderá servir para evidenciar que, no discurso, e através dele, os indivíduos produzem, reproduzem, ou desafiam as estruturas e as práticas sociais onde se inserem”, ou seja, que uma determinada forma de representação do mundo constitui uma forma de ideologia. E ainda, que quanto mais sutil a ideologia, mais eficiente será sua assimilação.

Tendo em vista que a ideologia perpassa todas as nossas práticas discursivas e sociais, é fundamental que nossos alunos sejam capazes de identificá-la, principalmente nas suas formas mais sutis, mais semelhantes a um aspecto do senso comum.

Considerando-se que os gêneros discursivos são manifestações dos textos, conhecer o funcionamento dos gêneros é fundamental para sua produção, bem como para sua interpretação. Além disso, é de suma importância o conhecimento em relação à adequação do gênero discursivo à situação comunicativa. De fato, por vezes a violação das normas sociais relativas aos gêneros pode gerar prejuízos ao usuário da língua.

De acordo com Marcuschi (2010, p. 36), os seguintes aspectos devem ser observados e adequadamente relacionados quando da produção de um determinado gênero discursivo:

- 1- natureza da informação ou do conteúdo veiculado;
- 2- nível de linguagem (formal, informal, dialetal, culta etc.);
- 3- tipo de situação em que o gênero se situa (pública, privada, corriqueira, solene etc.);
- 4- relação entre os participantes (conhecidos, desconhecidos, nível social, formação etc.);
- 5- natureza dos objetivos das atividades desenvolvidas.

Tais parâmetros são relativamente estáveis em função das padronizações das atividades sociais de cada grupo cultural. Considerando-se o caráter social dos gêneros, eles produzem, por conseguinte, expectativas nos interlocutores, o que permitirá a compreensão mútua entre eles.

Dessa forma, cremos que os gêneros discursivos devem estar presentes na sala de aula para que sejam tanto analisados criticamente quanto produzidos pelos alunos. No caso específico da intertextualidade, o trabalho poderia ser voltado para a análise de como os autores de textos (mídia, políticos etc.) tentam influenciar seus leitores por meio da ideologia. Um editorial como “Não da pra esquecer” (*Caros Amigos*, abril de 2009) permite uma reflexão sobre o posicionamento de *Caros Amigos* e da *Folha de São Paulo* em relação a um importante período da nossa história recente, qual seja, a Ditadura Militar. Destaque-se ainda o caráter transdisciplinar que esse texto permite explorar. Está claro que as maneiras de se trabalhar o gênero discursivo são inúmeras, nosso objetivo neste artigo foi apenas o de destacar uma delas.

Referências bibliográficas

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**: palavras e ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, nº 19, jul/dez 1990, p. 25-42.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. DIONÍSIO, Ângela Paiva; HOFFNAGEL, Judith Chambliss (orgs.) São Paulo: Cortez, 2009.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. Routledge: London, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. Discourse and text: linguistic and intertextual analysis within discourse analysis. **Discourse & Society**, vol. 3(2), 1992, pp. 193-217.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

KRISTEVA, Julia; MOI, Toril. **The Kristeva reader**. Oxford: Blackwell, 1986.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.) **Gêneros textuais & ensino**. São Paulo: Parábola, 2010, pp. 19-38.

MEURER, José Luiz. Uma dimensão crítica do estudo de gêneros textuais. In: MEURER, José Luiz; MOTTA-ROTH, Desiree (orgs.) **Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem**. Bauru: EDUSC, 2002, pp. 17-29.

MEURER, José Luiz; MOTTA-ROTH; Desiree. Introdução. In: MEURER, José Luiz; MOTTA-ROTH, Desiree (orgs.) **Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem**. Bauru: EDUSC, 2002, pp. 09-14.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: UNICAMP, 1988.

SEARLE, John. R. **Speech acts: an essay in the philosophy of language**. London: Cambridge University Press, 1969.